

Carta de Intenções

A (ASBRAD) que é membro do CNPCT, fundada em 17/12/1997, com sede em Guarulhos/SP e tendo por sua principal finalidade defender os direitos da pessoa humana combatendo os casos de violência em todos os âmbitos, vem respeitosamente a presença de V.S.as manifestar sua intenção de participar do Chamamento público para composição do CNPCT, biênio 2016-2018.

Pertence ao Grupo de Estudos e Trabalho (Mulheres Encarceradas) apresentado em 2007, Relatório sobre a situação do encarceramento feminino no Brasil apoiado pelo Cladem.

Dentre muitas ações na defesa das mulheres, combatendo e denunciando o tratamento desumano e degradante em desrespeito às regras mínimas de BANGKOK, o parto com algemas e revista vexatória, a grave violação dos direitos humanos, o direito ao indulto, ao voto e outras ações.

Desde 2003 a entidade através do Projeto Gaia assumiu a execução das medidas sócioeducativas de Liberdade Assistida em Guarulhos e vem denunciando os casos de violência fatal praticados contra adolescentes, do tratamento desumano e a tortura em unidades da Fundação Casa, sempre com a preocupação de lutar pela garantia do direito ao tratamento humanizado com possibilidade de reinserção social, pacificação da família e acesso a educação e a qualificação profissional.

Quanto as mulheres vítimas de violência doméstica, pontuamos a importância de aprofundar o debate sobre casos de tortura no ambiente privado, por não constarem nos Boletins de Ocorrência, como tortura, bem como o cárcere privado sem fornecimento de água e alimentação, choque elétrico nas partes íntimas e mulheres queimadas vivas por seus companheiros.

Como membro do Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, desenvolvemos ações de acompanhamento de denúncias de tortura na Fundação Casa, com participação em audiência com a Juíza Corregedora do DEIJ, em parceria com o IBCCRIM e Guaianases com o CONDEPE, visitando processos referentes a atos de tortura praticados contra adolescentes, apoiando a elaboração de notas públicas, fortalecendo o papel das defensorias que culminou com o afastamento do diretor, além de recomendações ao CNJ quanto a reintegração do torturador a sua função pela Justiça do trabalho;

Quanto ao caso de atos de tortura praticados contra pessoa humana, a travesti V.B. que foi torturada sob a tutela do Estado, tendo inclusive um vídeo postado nas redes sociais, em parceria com o IBCCRIM temos acompanhado as audiências no DIPO Corregedoria da Polícia Judiciária, além da visita a V.B. ao CDP Pinheiros em companhia do CONDEPE. Esse trabalho mereceu um parecer *pro Bono* elaborado pela Dra. Eloisa que subsidiou relatórios e encaminhamentos elaborados pelo IBCCRIM e ASBRAD.

Apresentamos à mesa diretora, denúncia de atos tortura e tratamento desumano e degradante praticados as mulheres indígenas no presídio de Ponta Porá, garantindo local seguro e apuração das responsabilidades, ressaltando a necessidade de estudos quanto a situação de indígenas encarceradas e o papel das instituições, como acesso a justiça pelo CNPCT e MNPCT.

No último ano na Execução do Projeto Fronteiras, em parceria com a Sec. de Políticas para as Mulheres, fazendo um diagnóstico do tráfico de pessoas e outras formas de violência nas cidades brasileiras que fazem fronteira com 10 países, com o apoio das mulheres integrantes da Pastoral Carcerária, realizamos visitas nas unidades prisionais entrevistando mulheres brasileiras e estrangeiras condenadas por tráfico de drogas

verificando a ligação entre o tráfico de pessoas, de drogas, o acesso à justiça e as condições do encarceramento. Nessas visitas constatamos a situação desumana e degradante que viola os direitos e que constara do relatório final elaborado pela equipe do Projeto com recomendações e encaminhamentos.

O Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, procurou o CNPCT para acompanhar um caso envolvendo, um deputado estadual que na época era delegado de polícia **Anti-sequestro de SP** e por se tratar de caso de tortura que envolve autoridade e tornando testemunhas vulneráveis a retaliações. A ASBRAD e o IBCCRIM com a anuência do CNPCT vêm acompanhando o caso participando de audiências.

Participamos de cursos e Seminários promovidos ou apoiados pelo CNPCT e de duas Conferências Nacionais dos Direitos Humanos.

Por tal razão nos sentimos instadas a participar da reeleição para a composição do CNPCT - 2016-2018 para dar continuidade aos trabalhos já realizados e contribuir com os novos membros.

Afirmamos que o enfrentamento a tortura e a todo tratamento desumano que diariamente são perpetrados contra as pessoas privadas de liberdade, adultos e adolescentes, além das abordagens de rua e das atrocidades cometidas no ambiente privado, é responsabilidade de toda a sociedade e que é inegável a importância das Instituições legitimamente constituídas para esse enfrentamento.

Guarulhos, 24 de maio de 2016.

Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo

Kelly Gonçalves Lima